

Deixando o Serviço Ativo como uma Forma de Manifestar Discordância

Major Daniel J. Sennott, Exército dos EUA

Nenhuma nação pode entregar sua honra marcial aos cuidados de comandantes que não obedecem ao código universal que distingue o certo do errado.

—Marechal Douglas MacArthur

RECENTEMENTE, EM UMA carta aos editores do jornal *Stars and Stripes*, um general de divisão do Exército conclamou a se manifestarem os integrantes das Forças Armadas, os ex-combatentes e os civis que discordassem da revogação da política “*Don’t Ask, Don’t Tell*” [literalmente, “*Não pergunte, não diga*”, lei que proibia que um militar assumisse publicamente sua propensão ou intenção de envolver-se em atos homossexuais — N. do T.], enviando suas opiniões por escrito aos seus superiores, ao longo da cadeia de comando, e aos políticos¹. Quando perguntado sobre essa manifestação feita por um oficial-general, o Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior condenou-a, dizendo: “No final das contas, se há uma determinação política com a qual um militar da ativa discorda... a única solução [para esse militar] não é advogar contra ela; é deixar a Força”².

A discussão em torno da revogação da “*Don’t Ask, Don’t Tell*” mais uma vez trouxe à tona um debate sobre liderança que é fundamental: qual é a forma de manifestação mais adequada para oficiais que discordam de políticas adotadas pela Força? Os chefes e comandantes podem simplesmente se dar ao luxo de deixar o serviço ativo quando discordarem de determinada política — seja ela uma estratégia adotada no Afeganistão ou a permissão para que homossexuais sirvam nas Forças Armadas? Ou

deve prevalecer a responsabilidade que têm para com seus subordinados? Devem permanecer na ativa e trabalhar para, de dentro da instituição, mudar as políticas de que discordam? Até que ponto é obrigação dos comandantes tornarem públicas suas divergências, sem que o relacionamento entre civis e militares seja prejudicado?

Este artigo irá analisar essas questões³. Primeiro, tratará das responsabilidades dos comandantes para com a Força Singular a que servem, do ponto de vista dos valores fundamentais do Exército, da Marinha e da Força Aérea. Em seguida, irá discutir a responsabilidade de agirem como subordinados leais às autoridades civis. Por fim, o artigo determinará se pedir o afastamento de um cargo ou a passagem para a reserva por conta de uma divergência está de acordo com os valores militares.

As Responsabilidades do Comandante para com os Soldados

O modelo de liderança adotado pelo Exército (no *Army’s Leadership Requirements Model*) define três características fundamentais: caráter, presença e capacidade intelectual⁴. Ao aceitar o papel de líder, o comandante deve alinhar seus valores pessoais com os da Força a que pertence, demonstrando por atos e palavras sua adesão a esses princípios solenes⁵. Quando estabelecem seus valores fundamentais, as Forças Armadas não esperam que os militares abandonem seus valores pessoais. Em vez disso, esperam que eles somem seus valores e experiências aos valores institucionais, de modo que possam proporcionar uma sólida liderança a seus subordinados.

O Major Daniel J. Sennott é professor adjunto na Escola de Assessoria Jurídica Militar em Charlottesville, na Virgínia. Ele é bacharel pela Marquette University e doutor em ciências jurídicas pela University of Illinois. Serviu em uma

variedade de funções de comando e como oficial de estado-maior, no território continental dos EUA, na Alemanha e no Iraque.



Um militar do Exército dos EUA durante missão conjunta com uma tropa do Exército iraquiano, aldeia de Al Muradia, Iraque, 13 Mar 07.

O Exército expressa esses valores como “lealdade, dever, respeito, serviço abnegado, honra, integridade e coragem pessoal”, e orienta seus comandantes a usá-los como referência, quando tomam suas decisões⁶. Da mesma forma, os três valores fundamentais da Força Aérea — integridade; dever ao serviço antes de a si próprio; e excelência em tudo que fazemos — abrangem muitos dos mesmos temas⁷. Por sua vez, a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais reforçam esses mesmos conceitos em seus valores fundamentais de “honra, coragem e compromisso”⁸. Analisando os valores fundamentais das Forças, percebe-se que o tema comum é que todos os integrantes, e em particular os comandantes, devem possuir três atributos centrais: honra, coragem e serviço abnegado. Portanto, qualquer militar que pense em deixar o serviço ativo, por discordar de uma política adotada na Força, deveria considerar esses valores antes de tomar sua decisão.

O conceito de honra é, possivelmente, o mais importante dos valores fundamentais. O Exército define honra como um compromisso com o que é o certo, cujo entendimento é duradouro⁹. Da mesma forma, a Marinha se refere à honra como a responsabilidade de “agir de acordo com um código de integridade inquestionável”, bem como o cumprimento das “responsabilidades legais e éticas” de cada um¹⁰. Por último, a Força Aérea considera a honra como inextricavelmente vinculada à integridade, conceitos que definem o caráter dos militares. Além de fazer “o que é correto, mesmo quando ninguém está observando”, os militares encorajam a livre troca de informações entre superiores e subordinados¹¹.

Especificamente, “eles valorizam a franqueza no trato com superiores como sinal de lealdade, mesmo quando suas opiniões são divergentes”¹². A interpretação comum às Forças Singulares está no entendimento de que a honra é uma característica indispensável ao caráter de um comandante, algo que abrange tudo aquilo que faz a serviço de sua Força ou de seus subordinados.

A segunda característica essencial para a liderança militar é a coragem. Tanto a Marinha como o Exército tratam a coragem como um atributo independente, enquanto a Força Aérea a considera uma parte do atributo integridade. O Exército define coragem pessoal — a coragem moral, em particular — como a capacidade de manter-se firme ante aquilo que acredita ser o certo, bem como a franqueza e a honestidade ante seus superiores¹³. A definição da Marinha é um pouco mais ampla, englobando a coragem para enfrentar as exigências da missão, agindo nos melhores interesses da Força. A Força Aérea, por sua vez, define que o militar é íntegro quando “possui coragem moral e faz o que está certo, mesmo quando isso conduz a consideráveis prejuízos pessoais”¹⁴. O que

...os comandantes precisam conquistar a lealdade de seus soldados agindo de modo a protegê-los de decisões insensatas, que poderiam prejudicá-los.

é comum a essas interpretações é a ênfase à coragem moral como sendo equivalente — e, em certas circunstâncias superior — à coragem física¹⁵.

Por último, todas as Forças Singulares consideram o serviço abnegado como um valor importante. A Força Aérea vincula o serviço abnegado ao dever, definindo-o como “a obediência à tradicional virtude militar de dedicação abnegada ao dever, a qualquer

tempo e sob quaisquer circunstâncias — mesmo arriscando a própria vida, quando isso for exigido”¹⁶. O Exército considera que o serviço abnegado inclui “fazer o que é certo em prol da nação, do Exército, de sua Organização Militar e de seus subordinados”¹⁷. A Marinha se refere ao serviço abnegado como um “compromisso”, concitando cada integrante do Departamento da Marinha a “trabalhar em equipe para melhorar a qualidade de nosso trabalho, do nosso povo e de nós mesmos”¹⁸. Comum a todas essas definições é uma referência à obrigação de todos os militares, e especialmente dos comandantes, para com seus pares. Os comandantes precisam conquistar a lealdade de seus soldados agindo de modo a protegê-los de decisões insensatas, que poderiam prejudicá-los. Contudo, os comandantes também têm deveres para com seus superiores, devendo obedecer às ordens daqueles que são designados para liderá-los. Além disso, os comandantes têm o dever de cumprir suas obrigações funcionais. Quando um comandante assume responsabilidade

sobre sua tropa, é preciso que demonstre completa consciência profissional, ou “um amplo sentimento da responsabilidade que tem, para prestar contribuições pessoais ao Exército, o que será demonstrado por meio de seu esforço dedicado, sua organização, sua atenção pessoal, sua confiabilidade e sua praticabilidade”¹⁹. Combinados, os valores centrais de honra, coragem e serviço abnegado personificam as responsabilidades que todos os militares possuem, quando a serviço de seu país. Defender esses valores é o dever principal de qualquer comandante militar.

As Responsabilidades do Comandante para com o Estado

Além das responsabilidades para com seus companheiros uniformizados, todo oficial em posição de comando tem responsabilidades igualmente importantes para com seu país. Nos Estados Unidos, o serviço militar é uma responsabilidade sagrada, para a qual as Forças Armadas subordinam-se à autoridade civil. Na



Pete Souza

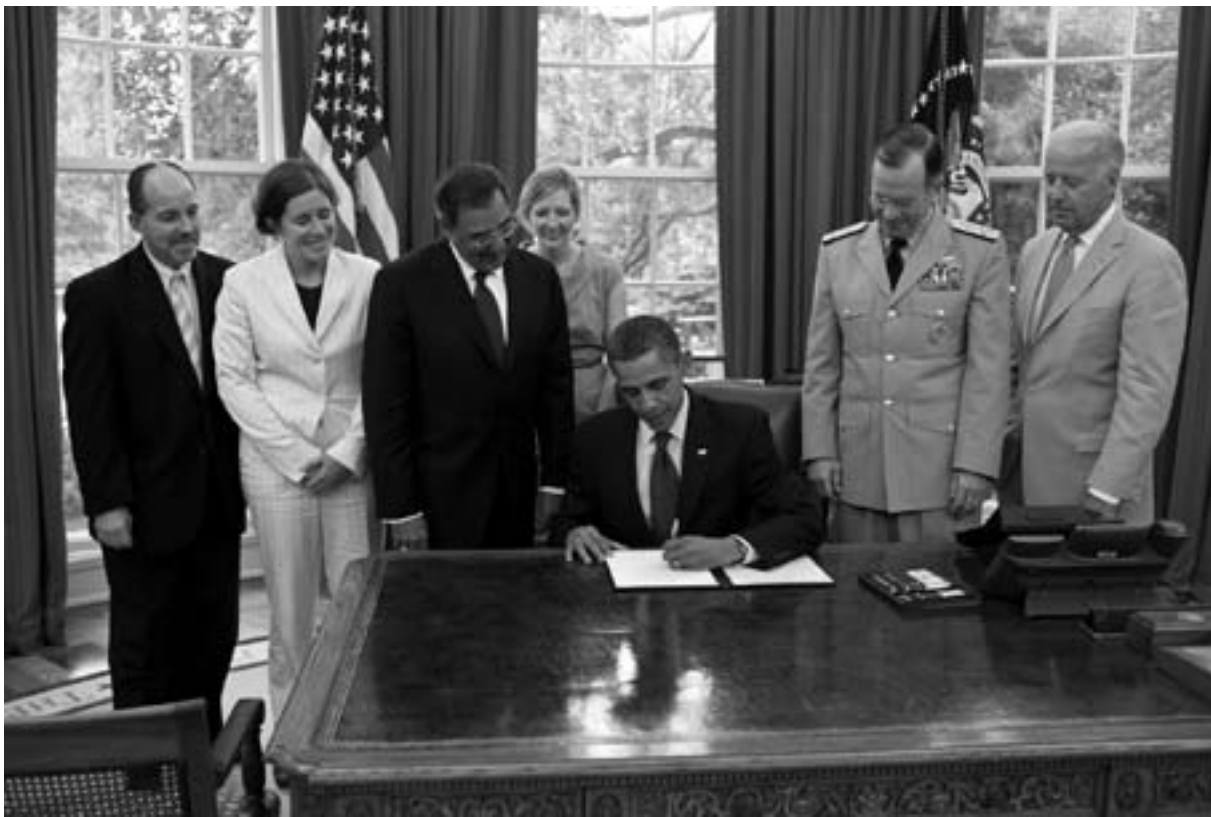
Em visita ao Iraque, o então Secretário Gates falou aos soldados no Campo Liberty sobre a retirada das tropas, o fim da “Don’t Ask, Don’t Tell” e outros temas polêmicos, 07 Abr 11.

sua base, uma adequada relação civil-militar envolve o desafio de manter “tropas que sejam suficientemente fortes para fazer tudo que lhes pedem os civis, e que, ao mesmo tempo, sejam suficientemente disciplinadas para fazer apenas o que lhes autorizam os civis”²⁰. A sociedade vê qualquer tentativa de influenciar decisões políticas por militares — sejam elas por meio de ações ou com palavras — como uma inadequada mistura entre os poderes militar e político.

Embora os debates sobre o tema relações civis-militares tenham experimentado um recente impulso, as duas principais teorias nessa área datam dos anos 50. No clássico *O Soldado e o Estado*, Samuel Huntington defende a teoria do “controle civil objetivo”, segundo o qual as autoridades civis determinam a política militar, deixando aos militares a responsabilidade pela decisão sobre quais operações são necessárias para cumprir essa política²¹. Fundamental à compreensão da argumentação de Huntington é o conhecimento de teoria liberal, segundo

a qual a preocupação principal do Estado é proteger os direitos individuais dos cidadãos²². Isso determina que as Forças Armadas sejam suficientemente fortes para derrotar ameaças externas, enquanto se mantêm obedientes à autoridade civil. Para Huntington, o único modo de obter esse equilíbrio é conceder aos comandantes a liberdade de ação para executarem as operações militares, sem submetê-los à interferência desnecessária das autoridades civis. Huntington acreditava que, para que o controle civil objetivo funcione, em uma sociedade independente como os Estados Unidos, as Forças Armadas devem ser compostas por militares profissionais, capazes de aquiescer ao controle civil²³.

Em resposta à teoria de Huntington, Morris Janowitz apresentou a “teoria cívico-republicana”. Janowitz sustenta que, em vez de direitos individuais, o foco principal de um Estado democrático deve ser “o engajamento dos cidadãos nas atividades da vida pública”²⁴.



Pete Souza

O Presidente Barack Obama, durante a assinatura do documento que atestou que os requisitos legais para a revogação da lei “Don’t Ask, Don’t Tell” foram plenamente atendidos. O Secretário de Defesa Leon Panetta; o então Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, Almirante de Esquadra Mike Mullen; e o Vice-Presidente Joe Biden observam. Salão Oval da Casa Branca, 22 Jul 11.

Envolver o cidadão no funcionamento do Estado amplia seus interesses, do bem-estar pessoal para o bem-estar comum²⁵. Consequentemente, o foco da teoria cívico-republicana de Janowitz está em manter os cidadãos envolvidos no serviço público e fomentar maior entendimento dos assuntos políticos civis entre os militares.

A importância do controle civil sobre as Forças Armadas é central tanto na teoria de Huntington quanto na de Janowitz, e isso se reflete na legislação em vigor nos Estados Unidos. A Seção 3583, do Título 10 do Código dos Estados Unidos, determina que os comandantes e todos aqueles que detêm autoridade no âmbito das Forças Armadas “sejam, eles mesmos, um bom exemplo de virtude, honra, patriotismo e subordinação... [e] que estejam preparados e reprimam toda e qualquer prática dissoluta e imoral, e corrijam, conforme as leis e regulamentos do Exército, todo aquele que incorra nesses erros”. Como fica claro nesse estatuto, o bom comandante é aquele que, entre outros atributos pessoais, aceita subordinar-se à autoridade civil e ao Estado de Direito²⁶.

Além disso, o Código Penal Militar (*Uniform Code of Military Justice — UCMJ*) contém um artigo especificamente relacionado à preservação do controle civil. O Artigo 88 do UCMJ, “Desobediência às autoridades”, reza que:

Qualquer oficial de carreira que utilize palavras desrespeitosas contra o Presidente, o Vice-Presidente, o Congresso, o Secretário de Defesa, o Secretário de qualquer dos Departamentos Militares, o Secretário de Segurança Interna ou contra os Governadores e as Câmaras dos Estados, dos Territórios, das Ilhas e Possessões, em que sirva ou esteja presente, deve ser punido, conforme determine uma corte marcial²⁷.

Há dois aspectos significativos no Artigo 88. Primeiro, ele proíbe que oficiais de carreira demonstrem desrespeito às autoridades constituídas. Isso se deve, provavelmente, à posição de autoridade atribuída aos oficiais de carreira, como líderes das Forças Armadas que são. Segundo, o artigo fundamenta-se em uma longa tradição. Abster-se de criticar abertamente as autoridades civis tem sido a norma, desde a Guerra da Independência²⁸. Ao discutir as relações civis-militares, quando era Presidente

do Supremo Tribunal, Earl Warren afirmou que “[u]ma tradição que cultuamos nos diz que a perpetuação de um governo livre depende da contínua supremacia dos representantes civis do povo”²⁹. Nos Estados Unidos, essa longa tradição é mantida nas leis e nos artigos do Código Penal

...no caso de um comandante discordar da política adotada durante um conflito armado, estarão relativamente óbvios os efeitos tangíveis que essa política exercerá sobre o bem-estar dos soldados.

que proíbem o envolvimento de militares em assuntos políticos.

Deixando o Serviço Ativo como Forma de Tornar Pública sua Discordância

No ano de 1997, o então Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Tenente-Brigadeiro do Ar Ronald R. Fogleman, solicitou sua passagem para a reserva, após longas considerações em torno das questões discutidas neste artigo. Nos meses que antecederam à sua inesperada aposentadoria, o Brigadeiro Fogleman enfrentou fortes divergências com o então Secretário de Defesa William Cohen³⁰. Além da confusão em torno do escândalo de adultério que envolveu o Primeiro-Tenente Kelly Flinn, Fogleman estava particularmente insatisfeito com a punição dada ao oficial que era o encarregado pelo complexo das Torres Khobar, na época em que este foi atacado por terroristas³¹. Fogleman acreditava que o oficial havia feito tudo o que podia para evitar o ataque e que novas punições teriam efeito negativo em toda a Força Aérea³². Em função dessas e de outras divergências, Fogleman entendeu que não tinha mais condições de ser um líder eficaz e passou à reserva, depois de haver cumprido três dos quatro anos que teria na função.

O Impacto na Força

Ao considerar a passagem para a reserva, ou a demissão de seu cargo, como forma de demonstrar suas divergências sobre as políticas adotadas, o comandante militar precisa levar em consideração o impacto de suas ações sobre seus companheiros de farda. Essa análise pode ser difícil, dependendo da natureza do tema político. Por exemplo, no caso de um comandante militar discordar da política adotada durante um conflito armado, estarão relativamente óbvios os efeitos tangíveis que essa política exercerá sobre o bem-estar dos soldados. É previsível que, nas operações realizadas no Afeganistão, decisões estratégicas inadequadas, tomadas no nível político, levem a mortes desnecessárias e afetem o moral da tropa. Há vários precedentes nesse sentido, nos quais os comandantes podem se apoiar ao tomarem suas decisões. Contudo, se a decisão política diz respeito a atos administrativos internos das Forças Singulares, os efeitos no meio militar podem não ser tão evidentes. Um exemplo seria a decisão de permitir que militares homossexuais sirvam abertamente, algo muito mais sutil, cujas consequências não podem ser antecipadas, com certeza. No exemplo citado anteriormente, o Brigadeiro Fogleman tomou a decisão de passar para a reserva baseado não em uma política particular, mas na sua percepção de que os valores institucionais haviam mudado. Em tais casos, os comandantes devem considerar tanto seus próprios valores fundamentais, quanto os valores fundamentais da instituição, antes de tomar sua decisão.

Ao decidirem deixar o serviço ativo, os militares precisam primeiro considerar se essa ação extrema é mesmo necessária para preservar a honra. Como foi dito, a honra é o conceito central que sustenta os valores fundamentais das Forças Armadas. Esse conceito exige que os militares “sigam um código de integridade inflexível” e, ao mesmo tempo, cumpram todas as “responsabilidades legais e éticas”³³. Se o militar acredita que acatar a decisão política iria comprometer sua honra pessoal, então ele terá deixado de ter condições de se manter no cargo como um verdadeiro líder. Como disse o Brigadeiro Fogleman, quando anunciou sua decisão, “Você, na verdade, deve olhar-se no espelho ao levantar, todos os dias, e se perguntar:

‘Eu me sinto honrado e digno?’”³⁴ Se a resposta é “não”, deve-se deixar o serviço ativo, sem dúvida. É preciso, no entanto, analisar se a decisão política em tela é um reflexo da mudança nos valores ou simplesmente uma decisão mal tomada, de forma isolada, e que seria passível de ter suas consequências minimizadas por uma liderança competente. Deve-se decidir entre permanecer na ativa e trabalhar para mudar as políticas de dentro da organização ou deixar o serviço ativo e abrir mão de sua possível influência sobre a polêmica questão.

O militar precisará, então, considerar o atributo coragem. Demonstrar coragem moral e fazer “o que é certo, mesmo que o custo pessoal seja alto”, é dever de todo militar³⁵. Se um comandante acredita que determinada decisão política terá um efeito negativo sobre os integrantes das Forças Armadas, então ele precisa mostrar coragem em suas convicções e deixar o serviço ativo.

O Brigadeiro Fogleman acreditava que a punição aplicada ao oficial responsável pela segurança nas Torres Khobar havia sido uma decisão política, sem base nos fatos. Ele acreditava que “puni-lo [sem justificativa] teria um efeito negativo sobre os comandantes em geral, provavelmente fazendo com que cheguem à conclusão de que a proteção de suas Forças pretere o cumprimento de suas missões”³⁶. Ante a perspectiva de tais consequências negativas para os militares que ele liderava, Fogleman dispunha de poucas opções além da de deixar a Força Aérea. Da mesma forma, não pode se omitir o comandante que estiver convencido de que certa decisão política irá prejudicar significativamente sua tropa, apenas balançando a cabeça e esperando para ver os resultados. Ele deve decidir não tomar parte nessa decisão, independentemente do custo pessoal que isso lhe traga. Essa é a verdadeira essência da coragem moral.

Ao cogitar se deixará ou não o serviço militar o comandante precisa levar em consideração o serviço abnegado como o valor fundamental que é. Em qualquer escalão, os comandantes têm o dever de cumprir suas obrigações para com seus subordinados, pares e superiores. Todo oficial presta um compromisso solene de “desempenhar com dedicação e correção todos os deveres do

ofício” assumido³⁷. Ao deixar o serviço ativo, o oficial escolhe encerrar prematuramente esse dever, uma situação que alguns consideram como uma forma inaceitável de fugir às suas obrigações. No entanto, como indicado pelo Brigadeiro Fogleman, se o comandante deixar de se julgar eficiente porque seus pontos de vista pessoais conflitam com os valores fundamentais da instituição, então deixar a Força como forma de serviço abnegado seria a melhor linha de ação. Segundo o ponto de vista de Fogleman, todo comandante atua em dois níveis: como integrante da grande profissão das armas e como indivíduo³⁸. Pela perspectiva do integrante da profissão, o comandante deve continuar prestando seus serviços, independentemente de divergências políticas. Contudo, no nível pessoal, se o comandante já não pode liderar efetivamente devido a discordâncias, ele precisa fazer o que é melhor para aqueles a quem serve e deixar o serviço ativo. Quando a permanência no serviço se torna contraproducente, “[e]ntão a instituição se torna mais importante do que o indivíduo, e, ao considerar o valor fundamental do dever ao serviço antes de a si próprio, a escolha se resume entre ficar mais um ano e enfrentar a turbulência ou demitir-se”³⁹. Ao considerarem a opção de sair, os comandantes devem avaliar o impacto que sua demissão terá sobre os demais militares, e determinar se os valores de honra, coragem e serviço abnegado a tornam realmente necessária.

Uma Forma de Discordar das Políticas Adotadas

Além do impacto nos demais militares de sua Força, um comandante deve determinar quais impactos negativos sua saída podem ter na instituição militar e na autoridade civil. Um comportamento honrado determina que os comandantes usem de franqueza e façam suas divergências conhecidas. Os comandantes precisam considerar a franqueza como parte integral da lealdade, “mesmo quando oferecem opiniões divergentes”⁴⁰. Contudo, os comandantes não podem dar margem para que outros pensem que sua saída foi um ato político calculado, com vistas a influenciar decisões civis. Fogleman apresentou seu pedido de passagem para a reserva empregando bastante

cuidado quanto à linguagem empregada, bem antes de o Secretário anunciar sua decisão final sobre o oficial das Torres Khobar. Ao submeter o pedido de passagem para a reserva, em vez de demitir-se do cargo, antes da decisão formal, Fogleman evitou qualquer inferência de que ele estaria pedindo demissão em sinal de protesto⁴¹. Segundo ele, “a razão de ter sido um pedido de passagem para a reserva em vez de afastamento do cargo, é que isso era coerente com tudo que eu havia dito até aquela data, ou seja, isto é um cargo e não uma condenação”⁴². Como Fogleman observou, os comandantes que valorizam a honra precisam manter sua lealdade à autoridade civil, mesmo quando optam por deixar o serviço por divergências em torno de políticas adotadas.

O comandante também deve concluir se, sob o ponto de vista institucional, está realmente demonstrando coragem moral e serviço abnegado quando deixa a Força a que pertence. Deve ser avaliado se de fato está cumprindo os requisitos de sua missão e agindo nos melhores interesses da Força⁴³. A partir de uma certa perspectiva, a principal prioridade deveria ser manter líderes fortes, cujos valores sejam os da organização, e evitar que a tensão entre os líderes militares e civis seja percebida. Esse raciocínio seria um argumento em favor da subordinação dos pontos de vista pessoais aos da instituição. Em tais casos, diz Fogleman, “Você ignora. Apenas continua batalhando, trabalhando duro”⁴⁴. No entanto, alguns defenderiam a saída do comandante, quando este não mais puder servir eficientemente à sua Força, em função de diferenças políticas. Se ele permanecer no cargo, poderá se tornar um elemento divisivo. Assim sendo, um comandante deve considerar seus interesses pessoais e os da instituição quando toma a decisão de deixar o serviço ativo como um ato de protesto.

Outro ponto a ser considerado pelo comandante deve ser o impacto que sua saída teria sobre as decisões das autoridades civis e sobre as Forças Armadas. Alguns dizem que o comandante corre o risco de se tornar apenas mais uma “baixa política”, e ver sua saída sendo esquecida, em seguida. Nesses casos, a demissão do comandante terá sido em vão. Esse argumento presume que a saída do comandante tenha pretendido influenciar as decisões das autoridades civis. Como argumentado por Huntington e Janowitz, essas

interferências violam as antigas tradições civis-militares e não devem ser a motivação principal para o afastamento. Ao contrário, um comandante deve deixar sua Força Armada quando acreditar que já não pode servir de forma honrada mantendo suas convicções pessoais. Quando um militar não consegue conciliar seus valores pessoais com os da Força, então praticamente só lhe resta deixá-la. Entretanto, antes de concluir sobre se os valores da Força se tornaram incompatíveis com os seus, ele deve certificar-se de ter feito tudo aquilo que é legalmente possível para influenciar a Força quanto à sua adoção.

Deixar as Forças Armadas em função de uma divergência sobre determinada política adotada é uma decisão complexa para qualquer comandante. Embora “votar pela ausência” pareça ser algo

simples, a decisão envolve avaliar o impacto sobre os demais integrantes das Forças Armadas e sobre as relações entre civis e militares. A decisão é extremamente pessoal, o que exige que se avalie seus próprios valores e os das instituições a que se serve — civil ou militar. Independentemente de a divergência estar relacionada a questões administrativas, como a “*Don’t Ask, Don’t Tell*”, ou a decisões operacionais, como o efetivo das tropas empregadas no Afeganistão, o comandante deve determinar se essas decisões expressam uma mudança fundamental nos valores institucionais, ou se tratam simplesmente de algo que necessita que ele se adapte. Em ambos os casos, os valores fundamentais de honra, coragem e serviço abnegado devem ser buscados, para orientá-lo em sua decisão. **MR**

REFERÊNCIAS

1. LTG Benjamin Mixon, Letter to the Editor: “Let Your Views Be Known” *Stars and Stripes*, 8 Mar. 2010. De acordo com a carta escrita pelo Gen Div Mixon, Comandante do Comando Componente do Exército no Pacífico:
“Os recentes comentários sobre os efeitos adversos da revogação da política ‘*Don’t Ask, Don’t Tell*’ foram bem apropriados.
É comum ouvirmos declarações de que a maioria dos integrantes das Forças Armadas é favorável à revogação dessa política. Não creio que isso esteja correto. Eu suspeito que muitos militares, suas famílias, os ex-combatentes e os cidadãos estão se perguntando o que fazer para interromper a imprudente revogação de uma política que logrou obter um equilíbrio entre o desejo de servir e o comportamento aceitável, para os cidadãos.
É chegada a hora de escrever a seus representantes eleitos e à cadeia de comando e expressar suas opiniões. Se nós que estamos em favor de manter a política atual não nos manifestarmos, não haverá a menor chance de que ela seja mantida”.
2. DREAZEN, Yochi J. “Military Makes it Tougher to Oust Gays”, *Wall Street Journal*, 26 Mar. 2010. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB20001424052748704094104575143361700873600.html>>.
3. Embora o estudo de caso deste artigo utilize o exemplo de um oficial-general que passou à reserva, a análise resultante se aplica a comandantes em todos os níveis.
4. U.S. Army Field Manual (FM) 6-22, *Army Leadership* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], October 2006), Figure 2-2.
5. *Ibid.*, p. 4-2.
6. *Ibid.*
7. Department of the Air Force (USAF), Doctrine Document 1-1, *Leadership and Force Development* (Washington, DC: GPO, 18 February 2006), p. 4-7.
8. Department of the Navy (USN), Instruction 5350.15C, *Department of the Navy Core Values Charter and Ethics Training* (Washington, DC: GPO, 31 January 2008). O documento também se aplica ao Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.
9. FM 6-22, p. 4-6.
10. USN Instruction 5350.15C.
11. USAF Doctrine Document 1-1, p. 5.
12. *Ibid.*
13. FM 6-22, p. 4-6.
14. USAF Doctrine Document 1-1, p. 5.
15. O debate sobre qual é a mais extraordinária das virtudes — a coragem moral ou a coragem física — tem sido constante, há centenas de anos. Como o orador Wendell Phillips observou no início do século XIX, “A coragem física é um instinto animal; a coragem moral é muito mais elevada e verdadeira”. COFFEY, MAJ William T. *Patriot Hearts* (Colorado Springs: Purple Mountain Publishing, 2000), p. 117.
16. USAF Doctrine Document 1-1, p. 4-6.
17. FM 6-22, p. 4-6.
18. USN Instruction 5350.15C.
19. FM 6-22, p. 4-6.
20. FEATHER, Peter. “Civil Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control”, *Armed Forces & Society* (Winter 1996): p. 149.
21. HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (Cambridge: Belknap Press, 1957); BURK, James. “Theories of Democratic Civil-Military Relations”, *Armed Forces & Society* (Fall 2002), p. 7.
22. HUNTINGTON, p. 149. Como Huntington explica, as funções tradicionais de um Estado independente são: “a função política de ajustar e sintetizar os interesses dentro da sociedade; a função legal de garantir os direitos do indivíduo; e a função econômica e social de ampliar as oportunidades para o autoaperfeiçoamento individual”.
23. BURK, p. 10.
24. JANOWITZ, Morris. *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait* (New York: Free Press, 1971); BURK, p. 10.
25. *Ibid.*
26. SNIDER, Don M. *Dissent and Strategic Leadership of the Military Professions* (Carlisle: Strategic Studies Institute, 2008).
27. Uniform Code of Military Justice, Article 88 (2008).
28. United States v. Howe, 37 C.M.R. 429 (1967).
29. *Ibid.*
30. KOHN, Dr. Richard H. “The Early Retirement of General Ronald R. Fogleman, Chief of Staff, United States Air Force”, *Aerospace Power Journal* (Spring 2001): p. 2.
31. *Ibid.*
32. *Ibid.*
33. USN Instruction 5350.15C.
34. KOHN.
35. USAF Doctrine Document 1-1, p. 5.
36. KOHN.
37. 5 U.S.C. 3331 (2010). Mesmo que tenha sido do comandante a decisão de se demitir do cargo, a decisão final dependerá das autoridades civis das quais ele discorda. Ao tornar-se oficial de carreira, ele passa a servir à vontade do Presidente, o que significa que as autoridades competentes podem negar qualquer pedido de afastamento de cargo. Nesse caso, o oficial seria moralmente obrigado a continuar no mesmo cargo e função. SWAIN, Richard. “Reflection on an Ethic of Officership”, *Parameters* (Spring 2007), p. 4.
38. KOHN, p. 13.
39. *Ibid.*
40. USAF Doctrine Document 1-1, p. 5.
41. *Ibid.*, p. 11.
42. *Ibid.*
43. USN Instruction 5350.15C.
44. KOHN, p. 13.